



26 DE AGOSTO DE 2015

Quarta-feira

- BUSCA POR TRABALHO CRESCE NO PAÍS E ENGROSSA FILA DO DESEMPREGO
- PARANÁ TEM MAIOR DESEMPREGO DA REGIÃO SUL
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA CAI 1,6% E VOLTA À MÍNIMA HISTÓRICA, DIZ FGV
- LIMINAR DA ABRACE PODE ELEVAR CONTA DE LUZ EM 8% AINDA ESTE ANO, DIZ ANEEL
- GOVERNO DEVE LANÇAR AINDA ESTE ANO NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL, DIZ MONTEIRO
- CIENTISTAS TRANSFORMAM CO₂ DO AR EM FIBRAS DE CARBONO
- CONTINENTAL, MAHLE E UMICORE SE UNEM POR EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
- VOLVO QUER SE FIRMAR COMO LÍDER EM CONECTIVIDADE
- AEA PEDE PRIORIDADE PARA PROGRAMAS DE INSPEÇÃO VEICULAR
- HYUNDAI HD 78 DARÁ LUGAR A HD 80
- CHINA CORTA TARIFAS DE COMÉRCIO EXTERIOR PARA AJUDAR EMPRESAS A REDUZIR CUSTOS
- RECEITA DEFENDE QUE AUMENTO DO TETO DO SIMPLES É RISCO FISCAL E DISTORÇÃO
- GOVERNO QUER RESTRINGIR APOSENTADORIAS
- PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO E LAMINADO CAI NO 1º SEMESTRE NA AMÉRICA LATINA
- SIDERÚRGICA CHINESA BAOSTEEL TEM CRESCIMENTO MODESTO NO LUCRO DO 1º SEMESTRE
- INVESTIDORES TEMEM REESTRUTURAÇÃO DE DÍVIDA E DERRUBAM BÔNUS DA CSN

- MINÉRIO DE FERRO CAI 4% NA CHINA COM RECUO DE ATIVOS DE RISCO
- BILIONÁRIO DO MINÉRIO DE FERRO DENUNCIA "VANDALISMO NO MERCADO" E RIO TINTO CONTRA-ATACA
- PREÇO DE COMMODITIES ATINGE O MENOR VALOR DO SÉCULO XXI
- EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA PAÍSES DO BRICS CAEM PUXADAS PELA CHINA
- MUDANÇA DE PIS/COFINS CRIA IMPACTO DE R\$ 50 BI PARA EMPRESAS, DIZ IBPT
- CONSEQUÊNCIAS
- TARIFA RESIDENCIAL DE ENERGIA PODE SUBIR 9% COM LIMINAR QUE BENEFICIA INDÚSTRIA, DIZ ANEEL
- AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO ENTRE VOLKSWAGEN E METALÚRGICOS TERMINA SEM ACORDO
- FORD CONFIRMA PARADA TEMPORÁRIA NA PRODUÇÃO EM SP E BA
- PARANÁ TEM 10 COOPERATIVAS ENTRE AS MAIORES EMPRESAS
- ANÁLISE: SETORES DEPENDENTES DO ESTADO DESTROEM MAIS EMPREGOS
- COMÉRCIO MUNDIAL REGISTRA A MAIOR CONTRAÇÃO DESDE 2009
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA CAI E ATINGE O MENOR ÍNDICE EM NOVE ANOS
- PARANÁ – ALTERAÇÃO NOS PRAZOS DE ENTREGA DA EFD E NO PAGAMENTO DO ICMS

| CÂMBIO | | |
|----------------------|---------------|--------------|
| EM 26/08/2015 | | |
| | Compra | Venda |
| Dólar | 3,634 | 3,635 |
| Euro | 4,138 | 4,141 |

Fonte: BACEN

Busca por trabalho cresce no país e engrossa fila do desemprego

26/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Com a renda em queda e sem a segurança do emprego com carteira assinada, um número cada vez maior de brasileiros tem saído em busca de trabalho. Só que a quantidade de vagas criadas está longe de acomodar todas essas pessoas.

O resultado é o aumento da taxa de desemprego, que atingiu 8,3% no segundo trimestre de 2015. Trata-se do maior resultado na série da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, iniciada em 2012.

[INFOGRÁFICO: confira o desempenho do mercado de trabalho nos últimos anos](#)

Em todo o país, 8,354 milhões de pessoas procuraram emprego sem encontrar entre abril e junho deste ano. O contingente é o maior já observado na pesquisa e 23,5% superior a igual período de 2014. "O aumento da desocupação vem da maior procura por trabalho. A geração de vagas é bem inferior ao que seria necessário para manter a taxa estável", afirmou Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE.

O avanço do número de desempregados pode estar apenas no começo. Hoje, muitas pessoas que tinham carteira assinada e foram dispensadas ainda contam com o seguro-desemprego e os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e podem não estar atrás de trabalho.

"Mas não sabemos quanto tempo essa rede de proteção vai durar. Se o cenário não se modificar, ou seja, desemprego continuar aumentando e carteira continuar caindo, pode ter pressão maior", reconheceu o coordenador do IBGE.

Mesmo antes de isso se concretizar, a velocidade da deterioração do mercado de trabalho já tem chamado a atenção. No segundo trimestre deste ano, a taxa de desemprego subiu 1,5 ponto porcentual em relação a igual período de 2014 (6,8%), algo inédito na pesquisa. Esse ritmo deve continuar até o fim do ano, prevê o economista-chefe da Icatu Vanguarda, Rodrigo Alves de Melo.

"Havia muita gente que não estava trabalhando e que não estava buscando emprego. Hoje, com um aumento dos gastos, as pessoas estão voltando ao mercado de trabalho à procura de um emprego", explicou Melo.

Para o economista Marcel Caparoz, da RC Consultores, os brasileiros estão tentando recompor a renda familiar para enfrentar a inflação crescente.

"Os indicadores falam de uma inflação média, mas no dia a dia as pessoas sabem que a inflação é maior, já que, com o mesmo valor que compravam uma quantidade de mercadorias antes, compram agora a metade", explicou.

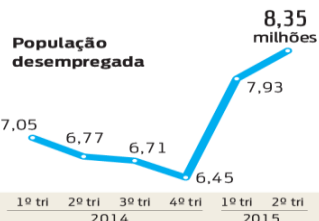
"Nesse cenário de crise muito forte, as pessoas que antes podiam se dedicar ao estudo ou mesmo procurar mais tarde o mercado de trabalho estão saindo para buscar uma vaga. E isso pressiona a taxa de desemprego", acrescentou o economista da RC Consultores.

2,1 mil desocupados

Com uma taxa de 9%, São Paulo responde por três de cada dez novas pessoas desempregadas no país, segundo os dados da Pnad Contínua. Houve um incremento de 489 mil desempregados no estado no segundo trimestre deste ano, frente ao mesmo período de 2014, que levou a um total de 2,113 milhões de pessoas sem trabalho.

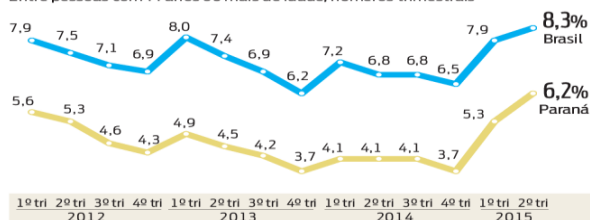
TEMPOS DIFÍCEIS

O desemprego no Brasil cresceu 23,5% no segundo trimestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2014, um incremento de 1,587 milhão de pessoas:



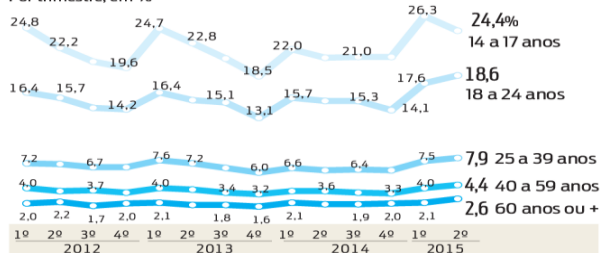
Taxa de desocupação

Entre pessoas com 14 anos ou mais de idade, números trimestrais



Por faixa etária no Brasil

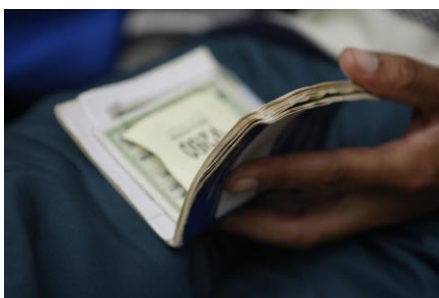
Por trimestre, em %



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Infografia: Gazeta do Povo.

Paraná tem maior desemprego da Região Sul

26/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A taxa de desemprego do Paraná no segundo trimestre deste ano foi a maior da Região Sul. No estado, o índice de desocupação foi de 6,2%, contra 5,9% no Rio Grande do Sul e 3,9% em Santa Catarina.

O Paraná foi o estado da região onde o desemprego mais cresceu no último ano – no segundo trimestre de 2014, a taxa era de 4,1%, abaixo dos 4,9% do Rio Grande do Sul. No país, o desemprego foi de 8,3% no segundo trimestre.

De acordo com a PNAD Contínua, pesquisa feita trimestralmente pelo IBGE, a queda na ocupação no estado se concentrou na categoria de empregados do setor privado, cujo

total de ocupados caiu de 3 milhões para 2,88 milhões, na comparação entre 2014 e 2015.

Houve aumento no número de pessoas que trabalham por conta própria no estado, de 1,15 milhão para 1,20 milhão, o que também é um sinal do enfraquecimento do mercado de trabalho formal.

A PNAD também identificou uma queda na proporção de pessoas com carteira assinada no estado. Neste ano, 83,9% dos empregados no setor privada estavam registrados, contra 84,9% em 2014. No Brasil, essa proporção é de 78,1% e ficou estável no último ano.

Confiança da indústria cai 1,6% e volta à mínima histórica, diz FGV

26/08/2015 – Fonte: Reuters

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) recuou 1,6 por cento em agosto sobre o final do mês anterior, voltando a renovar a mínima histórica após dar um respiro no mês passado, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta quarta-feira.

O índice passou a 68,0 pontos em agosto, contra 69,1 pontos no mês anterior. Em julho, o índice havia subido 1,5 por cento, interrompendo série de cinco quedas consecutivas. Segundo a instituição, o recuo foi motivado pela deterioração tanto das avaliações sobre o momento presente quanto das expectativas futuras.

"A queda do ICI em agosto sugere que a alta do mês passado teria sido um evento passageiro. Fatores desfavoráveis, como os estoques excessivos e a demanda interna fraca, ainda predominam amplamente sobre os favoráveis, como a desvalorização cambial, na construção de expectativas em relação aos próximos meses", afirmou, em nota, o superintendente adjunto para ciclos econômicos da FGV/Ibre, Aloisio Campelo Jr.

O Índice da Situação Atual (ISA) recuou 1,6 por cento, para 69,2 pontos, segundo menor nível da série histórica, apenas maior que a leitura para outubro de 1998. O Índice de Expectativas (IE) também caiu 1,6 por cento, sendo também o segundo menor dado da série.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada alcançou 77,77 por cento em agosto, ante 78,2 por cento em julho.

A indústria vem sendo uma das maiores vítimas da crise econômica por que passa o Brasil, em um quadro de contração da atividade e inflação elevada, e dados recentes têm reforçado que a recuperação do setor ainda está distante.

Liminar da Abrace pode elevar conta de luz em 8% ainda este ano, diz Aneel

26/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O cumprimento de uma liminar obtida pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) pode aumentar em ainda mais 8% as tarifas pagas pelos consumidores residenciais de algumas distribuidoras, de acordo com o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone. Segundo ele, algumas empresas de distribuição podem pedir uma revisão extraordinária nas tarifas ainda este ano.

A Aneel abriu audiência pública nesta terça-feira (25) sobre a metodologia para cumprir a liminar que isenta os associados da Abrace – como Alcoa, Ambev, Braskem e Gerdau – de

pagarem R\$ 1,8 bilhão por ano à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Até o fim de 2015, esse impacto será de R\$ 800 milhões.

Com as grandes indústrias eletrointensivas deixando de pagar essa parte, os valores terão que ser rateados entre os demais consumidores de energia. A mudança terá impacto maior para os usuários de baixa tensão, como as residências.

De acordo com a proposta da Aneel, o impacto só seria repassado para as contas de luz nos próximos reajustes tarifários de cada distribuidora, mas o efeito para algumas empresas – que atendem as regiões onde estão localizadas as associadas da Abrace – será maior. No caso da CPFL Bandeirante, por exemplo, a estimativa é de uma redução de 4,7% nas receitas da empresa, a mais afetada pela liminar.

“Isso pode vir a desequilibrar financeiramente a empresa, o que justificaria uma nova revisão extraordinária para a companhia ainda este ano”, explicou Pepitone. “Olhando pelo lado dos consumidores, é possível que as tarifas residenciais de algumas distribuidoras aumentem em até 8%”, completou.

Embate judicial

Paralelamente à audiência pública para atender à decisão judicial, a Aneel continua tentando derrubar a liminar da Abrace na Justiça. Além de recorrer ao pleno da Justiça Federal do Distrito Federal, onde o instrumento foi obtido pela associação, a agência deve recorrer também ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, considerou que o impacto da liminar para algumas distribuidoras será “arrasador”, já que elas perderão parte considerável das receitas até o próximo processo tarifário.

“É um direito legítimo do segmento recorrer à Justiça, mas, no limite, se todos os setores recorrerem viraria uma bagunça. O que se deve discutir talvez seja o nível dos subsídios hoje pagos pela CDE. Individualmente eles fazem sentido, mas no conjunto estão ficando insuportáveis”, comentou.

Governo deve lançar ainda este ano nova política industrial, diz Monteiro

26/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A presidenta Dilma Rousseff pretende lançar, ainda neste ano, os alicerces de uma nova política industrial, informou hoje (25) o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro Neto, ao debater o tema durante workshop na Secretaria de Comércio Exterior.

Ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Monteiro lembrou que o país conviveu, em anos recentes, com três modelos de política industrial, aprendendo o bastante para não reproduzir erros do passado.

O ministro destacou que, “na última fase, houve confusão entre política anticíclica [que produz efeitos compensatórios diante de desequilíbrios macroeconômicos] e política industrial”.

Segundo Monteiro, a nova política industrial deve priorizar a microeconomia, com revalidação das tarifas de insumos, que hoje recolhem mais que o Imposto sobre Importação. Essa é uma questão que, conforme o ministro, contribuirá para a evolução da produtividade industrial. Monteiro acrescentou que o problema não é só de custo sistêmico. “Há muitos desafios dentro das empresas”, afirmou.

Depois da abertura do encontro, o ministro comentou a instabilidade do crescimento chinês nos últimos dias. Ele disse torcer para a situação do país asiático, maior parceiro comercial do Brasil, não se agravar, "o que certamente afetará ainda mais os preços de commodities (produtos básicos com cotação internacional), importantes para a pauta comercial brasileira".

Segundo ele, o mundo está de olho na China, e o Brasil já sente um pouco os efeitos da desaceleração do crescimento chinês, com a redução de preços de produtos como soja e minério de ferro. Monteiro revelou que, este ano, o Brasil já perdeu cerca de US\$ 12 bilhões com a menor cotação dos preços de produtos básicos, comparado aos preços médios em igual período do ano passado.

Cientistas transformam CO₂ do ar em fibras de carbono

26/08/2015 – Fonte: CIMM

Cientistas nos Estados Unidos conseguiram criar nanofibras de carbono a partir de dióxido de carbono (CO₂) extraído do ar – e dizem que o processo poderia até ajudar a combater a mudança do clima.

O método apresentado nesta semana em um encontro da Sociedade Americana de Química, em Boston, é capaz de produzir 10g por hora das valiosas fibras.

Mesmo se as potenciais aplicações no combate às emissões de CO₂ não derem frutos, como suspeitam alguns especialistas, a técnica promete baratear a produção de nanofibras de carbono.

O sistema é alimentado por poucos volts gerados por energia solar. A eletricidade atravessa um tanque cheio de sal derretido, à medida que o CO₂ é absorvido, as valiosas nanofibras começam a se formar ao redor dos eletrodos.

"Até hoje, nanofibras de carbono são caras demais para muitas aplicações", disse à BBC o professor Stuart Licht, da universidade George Washington.

Redução de custos

O material é usado atualmente na produção de componentes eletrônicos e baterias, mas se fosse mais barato, poderia reforçar materiais usados na fabricação de peças de avião e carro, entre outros.

A questão é se o sistema criado pela equipe do professor Licht será capaz de reduzir estes custos. O cientista diz que aumentar a produção seria fácil, e que o equipamento consome pouca energia.

A maior promessa, porém, é a possibilidade de usar o sistema para reduzir os níveis de CO₂ na atmosfera, considerados os culpados pelo aquecimento global pela grande maioria dos cientistas. Para isso, seria necessário construir enormes reatores – algo que suscita o ceticismo de especialistas.

"Como estão capturando CO₂ do ar, o processo precisa lidar com enormes volumes de gás para coletar a quantidade necessária de carbono, o que, em grande escala, pode aumentar o custo do processo", afirmou a engenheira química Katy Armstrong, da universidade de Sheffield.

Outro que levanta dúvidas sobre a viabilidade da ideia é o pesquisador da Imperial College London Paul Fennell. "Se o objetivo deles é fazer nanofibras, é louvável, e vão ter um produto que vale a pena. Mas se a sua ideia é tirar CO₂ da atmosfera e produzir uma

quantidade de nanofibras suficiente para fazer diferença na mudança climática, eu ficaria muito surpreso se conseguir", afirmou Fennell.

O professor Licht, no entanto, diz que vai ser preciso trabalhar conjuntamente, com recursos da sociedade, para testar o processo em larga escala. "Não tem pegadinha", afirmou.

De toda forma, outros químicos ficaram impressionados com o simples fato de a equipe do professor Licht ter produzido nanofibras a partir do carbono atmosférico.

Continental, Mahle e Umicore se unem por eficiência energética

26/08/2015 – Fonte: Automotive Business

Um sistema de pré-aquecimento do etanol que melhora a partida a frio de veículos flex é a proposta da Continental, Mahle e Umicore ao se unirem em um projeto piloto com foco na eficiência energética. Um protótipo de veículo dotado com o sistema está sendo apresentado no Simea 2015, Simpósio Internacional de Engenharia Automotiva, promovido pela AEA, Associação da Engenharia Automotiva, que ocorre até a quarta-feira, 26, no WTC, em São Paulo.

A Mahle tomou a iniciativa do projeto, convidando a Continental e a Umicore como parceiras, cada uma com sua expertise. As empresas desenvolveram o sistema em tempo recorde, 12 semanas, desde a concepção até a montagem do protótipo que está na mostra de engenharia vinculada ao evento.

"O que fizemos foi entender o que o mercado precisa e buscar uma solução que atenda essa necessidade. Uma vez que não faz parte da Mahle produzir sistemas de injeção, precisávamos buscar parcerias e assim nos aproximamos da Continental e da Umicore", conta Fabio Moreira, diretor de desenvolvimento de produto da Mahle, que projeta viabilidade comercial do sistema a partir de 2017.

A partir SmartHead, componente responsável pelo pré-aquecimento do etanol no sistema de injeção, a Mahle viu a necessidade de gerenciar esse aquecimento de forma mais eficaz, contando com o know-how da Continental, a partir do desenvolvimento do módulo de gerenciamento eletrônico do motor (ECU, na sigla em inglês), do corpo de borboletas e do injetor, além da calibração de todo o sistema.

"Já a Umicore entra com um catalisador sensivelmente mais simples que os tradicionais, uma vez que percebemos um ganho secundário, além do menor consumo de combustível: o de menores níveis de poluentes.

Com isso, eles desenvolveram um produto de tratamento específico, cuja composição trouxe uma redução de custo de 10% a 15% por peça", revela Moreira. Ele acrescenta que por parte da Mahle também houve redução de custo, algo entre 10% e 20% mais barato.

O engenheiro de desenvolvimento da divisão Powertrain da Continental, Rafael Cassaniga, explica seu funcionamento: "O sistema aquece o combustível derivado da cana-de-açúcar em veículos flex a fim de promover a queima adequada do etanol e o prepara para o momento em que o motor exigir, ao mesmo tempo em que diminui a emissão". Ele conta que a ativação do pré-aquecimento pode ocorrer de diferentes modos, o que fica a cargo da montadora:

"Há possibilidade de promover o pré-aquecimento a partir do momento em que o motorista destrava o veículo pelo controle remoto, na abertura da porta por meio de

sensores de ativação ou mesmo quando o motorista aciona a chave de ignição, o que em questão de segundos, prepara o combustível para o motor”, exemplifica. “O nível de economia de combustível é variável, depende de cada tipo de motor, mas os estudos apontam que pode chegar a 20%”, acrescenta.

Por sua vez, Alexandre Rezende, diretor de engenharia de desenvolvimento da divisão Powertrain da Continental, analisa que apesar de o projeto não significar uma parceria comercial entre as três empresas envolvidas, os estudos do sistema viabilizam que o produto final tenha custo competitivo, gerando novos sistemas e estratégias.

“O projeto foi desenvolvido para o mercado nacional em função da utilização do etanol hidratado como combustível. Inovamos mais uma vez trazendo um projeto de ponta focado em eficiência energética e no desenvolvimento de tecnologias que contribuam para a preservação do meio ambiente”.

Volvo quer se firmar como líder em conectividade

26/08/2015 – Fonte: Automotive Business



A Volvo está empenhada na tarefa de se firmar como a fabricante de caminhões que mais oferece soluções de conectividade para seus clientes. A empresa aprofunda a investida que começou com a chegada da nova linha F, apresentada no mercado brasileiro em outubro de 2014, um ano e meio depois de chegar à Europa.

“Queremos usar a tecnologia para garantir que o caminhão esteja 100% disponível, com zero paradas não planejadas”, explica Michael Gudmunds, gerente global de serviços conectados da companhia, que visitou o Brasil para participar do seminário sobre conectividade que a montadora promoveu na terça-feira, 25.

A nova gama de caminhões da marca vem de fábrica com recursos inovadores para o segmento, como o dispositivo I-See, que armazena na nuvem dados da via. Estas informações serão usadas nas próximas vezes que o veículo passar pela mesma estrada para tornar a condução mais eficiente, economizando combustível.

Outra tecnologia de série que mostra a aposta da marca sueca em conectividade é o My Truck, aplicativo de celular que exibe indicadores do painel do caminhão, como consumo, nível de combustível, de Arla 32 e até mesmo se o alarme do veículo soa ou uma porta é aberta. Os dados podem ser acessados remotamente tanto pelo motorista quanto pelo responsável pela gestão da frota.

A Volvo aproveitou o evento para destacar as funcionalidades do sistema On Call. O dispositivo permite que, por meio de um botão, o motorista peça socorro para alguma falha do caminhão.

O veículo já vem equipado com um chip e, quando necessário, completa uma ligação para a central de atendimento da companhia em Curitiba (PR). De lá os profissionais da marca

são capazes de acessar o sistema do caminhão, detectar qual componente está com problema e como consertá-lo.

A partir de 2016 a empresa fará ainda trabalho ativo de manutenção preventiva. A ideia é entrar em contato com os clientes sempre que o veículo estiver perto de precisar trocar alguns componentes.

Por enquanto essa iniciativa tomará como base a quilometragem rodada, com dados do uso do caminhão passados para a fábrica pela tecnologia embarcada do veículo. A ideia é refinar ainda mais esse serviço nos próximos anos, com potencial de identificar o desgaste dos componentes de forma ainda mais detalhada.

Os recursos oferecidos pela marca fizeram a nova geração da linha F ficar, em média, 20% mais cara na comparação com a anterior. Ainda que o aumento seja indigesto para os clientes principalmente em momento de retração da economia, a investida tecnológica pode trazer larga vantagem à Volvo na área de conectividade.

Nilton Roeder, diretor de estratégia e desenvolvimento de negócios da companhia na América Latina reconhece que os novos recursos dos caminhões permitirão que a empresa forme preciosa base de dados sobre as estradas do continente.

“Teremos banco com informações coletadas pelo I-See. No futuro poderemos ter uma versão compartilhada do sistema, que use dados captados por um veículo para ajudar na condução de outro motorista e outro caminhão”, explica.

O executivo esclarece que um passo importante para que isso se torne realidade já está acontecendo, que é a manter os veículos conectados e compartilhando informações com a fábrica.

Enquanto planeja as próximas etapas do avanço tecnológico dos caminhões, a Volvo já comemora bons resultados com a linha F recém-chegada ao mercado. Dados da transportadora chilena RRCia International apresentados no evento mostram que o uso dos novos caminhões da marca equipados com as tecnologias garantiram redução de 7% no consumo de combustível na operação da estrada do Caracol, na Cordilheira dos Andes, trecho conhecido por ser perigoso por causa das curvas apertadas. Além do I-See, a empresa utiliza o Dynafleet, sistema de gerenciamento de frota oferecido como opcional.

MOTORISTA CONECTADO

Antes de lançar no mercado brasileiro os novos veículos pesados e extrapesados, a Volvo fez um levantamento com 600 motoristas do País para entender como estes profissionais lidam com o aumento da conectividade. O estudo revelou que os condutores têm, em média, 42 anos, são casados e concluíram o ensino médio. Entre os que participaram do estudo, 62% têm desktops em casa, 38% possuem notebooks e 24% usam ainda tabletes.

Sobre o uso de recursos tecnológicos nas viagens, 5% dos entrevistados levam notebooks, 4% tabletes e 38% utilizam seus smartphones, porcentual que sobe para 50% no caso dos motoristas que fazem viagens de médias e longas distancia.

“Quando mais tempo na estrada, mais conectado o condutor é”, destacou Daniel Homem de Mello, gerente de marketing da Volvo Brasil. Os dados indicam que, se depender do interesse dos motoristas brasileiros em tecnologia, a fabricante de veículos deve ter bons resultados com a sua investida em conectividade.

AEA pede prioridade para programas de inspeção veicular

26/08/2015 – Fonte: Automotive Business



A AEA, Associação Brasileira de Engenharia Automotiva, aproveitou a abertura da 23ª edição do Simea, Simpósio Internacional de Engenharia Automotiva, na terça-feira, 25, para a entrega de uma carta aberta assinada por 14 entidades relacionadas ao setor automotivo e que solicita a prioridade na implementação de programas de inspeção e manutenção da frota circulante em todo o País.

Ela foi entregue pelo presidente da entidade, Edson Orikassa, ao assessor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Ailton Brasiliense, que representou o ministro das Cidades, Gilberto Kassab, chairman do Simea 2015, que está sendo realizado no WTC, em São Paulo.

O documento destaca os avanços e a melhoria das condições de segurança veicular e de combate à poluição do ar conquistadas em outros países por meio de programas de inspeção e manutenção de veículos em uso.

Em seu discurso, Orikassa salientou que o Brasil não tem avançado neste campo, apesar de dispor de moderna legislação de trânsito e meio ambiente. Veículos mal mantidos são causas de acidentes e geram aumento na emissão poluentes, penalizando a população com perdas de vidas, incapacitação física e doenças associadas à poluição, elevando inclusive, os custos com combate às doenças.

A AEA se dispôs a colaborar com os governos estaduais e federal para a mudança deste cenário e compartilhar seu conhecimento e experiência sobre o patamar de desenvolvimento em segurança veicular e controle ambiental que outros países já atingiram.

Além da AEA, estão representadas na carta a Gaesi, FDTE, Instituto de Engenharia, Laboratório de Física Atmosférica do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, Centro de Engenharia Automotiva da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, ABNT, ISMB, Unicamp, IAG, Inaira, Instituto de Saúde e Sustentabilidade, SAE Brasil, Afeevas, Sindipeças e Sincopeças.

Por sua vez, o secretário do Denatran lembrou que a inspeção de veículos consta no código nacional de trânsito: "Foi feito um trabalho neste sentido de implementação entre 2004 e 2005, mas por questões de dificuldades daquela época, inclusive políticas, não avançou. Se tivéssemos implantado, acredito que não teríamos o número que temos hoje", disse Brasiliense, citando que um terço da frota nacional circulante, estimada em 60 milhões de veículos, está fora da lei e que em São Paulo o número de veículos irregulares chega a 30% de sua frota.

"Apenas dois terços dessa frota é licenciada anualmente. É uma questão que precisa ser tratada, a da qualidade da frota. É fato que a manutenção preventiva pode reduzir em

90% o número de acidentes que tem origem em causas técnicas”, aponta o secretário.

Ele garantiu que levará o pedido ao ministro da pasta e que o assunto será prioridade do Ministério das Cidades:

“Nós temos o compromisso de mudar este quadro e lutar para que o Brasil adote o que é obviado. Em primeiro lugar porque é necessário, em segundo, porque é possível, e em terceiro, porque há pessoas capazes de fazer o que é possível e grande parte delas está aqui, neste evento. ”, finalizou.

Hyundai HD 78 dará lugar a HD 80

26/08/2015 – Fonte: Automotive Business



O caminhão Hyundai HD 80 chega em outubro para substituir o antigo HD 78. Com quase quatro anos de atraso, o modelo terá, enfim, um motor adequado ao Proconve P7. “Sua capacidade aumentou para oito toneladas e os freios agora são a ar”, afirma o diretor de marketing, rede e pós-venda, Anselmo Borgheti.

A cabine seria igual ou muito parecida com a do modelo HD 78, cujo Peso Bruto Total (PBT) é de 7,8 toneladas. O caminhão será fabricado ao lado do pequeno Hyundai HR, do utilitário esportivo iX35 (que acaba de ser renovado) e do veterano Tucson.

O Grupo Caoa vem buscando empresas interessadas em atuar dentro ou no entorno de sua fábrica de Anápolis (GO), que tem capacidade instalada para 86 mil veículos anuais e poderia passar a 100 mil/ano somente com um investimento na seção de pintura.

Dos produtos que saem da unidade, o melhor desempenho registrado de janeiro a julho foi do iX35: 9,8 mil unidades emplacadas e alta de 14,6% sobre o mesmo período de 2014. Os 3,9 mil HR licenciados resultaram em queda de 15,5% e os 7,7 mil Tucson anotaram recuo de 25%, sempre ante os mesmos meses do ano passado.

A renovação do HD 78 em forma de HD 80 certamente vai ajudar o Grupo Caoa a manter sua fábrica azeitada.

China corta tarifas de comércio exterior para ajudar empresas a reduzir custos

26/08/2015 – Fonte: EM. com

O Conselho Estatal da China, o gabinete do país, afirmou nesta quarta-feira que reduzirá tarifas para importação e exportação pagas por companhias locais, para ajudar a reduzir os custos em meio à fraqueza no cenário comercial.

O gabinete chinês disse em comunicado que iria reduzir algumas tarifas relacionadas ao comércio exterior coletadas pelo governo central, bem como estabelecer novos níveis tarifários recolhidos pelos governos locais. Não foram divulgados detalhes sobre os cortes.

O comunicado também disse que as tarifas seriam reguladas em portos e desembarcadouros e que seria publicada uma lista das tarifas relacionadas à importação e à exportação.

As reduções tarifárias são divulgadas após a China registrar dados comerciais mais fracos que o esperado em julho. As exportações do país tiveram queda de 8,3% em julho, na comparação com igual mês do ano passado, revertendo o ganho de 2,8% de junho.

As importações caíram pelo nono mês consecutivo, recuando 8,1% em julho na mesma comparação anual, após uma queda de 6,1% em junho. A China desvalorizou o yuan em cerca de 2% neste mês, uma medida que pode ajudar o setor exportador do país.

Receita defende que aumento do teto do Simples é risco fiscal e distorção

26/08/2015 – Fonte: EM. com

A Receita Federal alertou nesta terça-feira, que a votação do projeto que eleva o teto de faturamento para adesão ao Simples - sistema simplificado de tributação - é uma ameaça para o equilíbrio fiscal das contas do governo.

Estudo da Receita Federal aponta que a perda de arrecadação com a migração permitida pela proposta será de R\$ 11,3 bilhões em 2016. O projeto eleva de R\$ 3,6 milhões para R\$ 14,4 milhões o limite de faturamento anual para as empresas recolherem os tributos pelo Simples.

Além da renúncia fiscal para a União, Estados e Municípios, a Receita está preocupada com a distorção que o projeto, se aprovado pelo Congresso Nacional, pode provocar no sistema tributário brasileiro com a situação inédita de apenas dois tipos de empresas para fins tributários: as muito grandes e as que integram o Simples.

A Receita estima que 1 milhão de empresas, que hoje pagam pelo método de lucro presumido, deverão migrar para o Simples. Essa mudança elevaria para 6 milhões a quantidade de empresas tributadas pelo Simples, sistema no qual o pagamento dos tributos é unificado.

No outro grupo de empresas pagantes ficarão 350 mil companhias de grande porte: os grandes conglomerados empresariais brasileiros que pagam pelo lucro real, um universo de apenas de 150 mil, e outras 200 mil empresas que deverão permanecer com o pagamento pelo lucro presumido.

"Teremos um sistema em que todo mundo quer ser Simples", adverte o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias. Segundo ele, o projeto tem potencial para provocar uma grande distorção no sistema em que empresas grandes e médias serão contempladas com o benefício concedido às micro e pequenas empresas pelo Simples.

Ele ressalta que o Simples já funciona no País numa situação em que arrecadação é menor do que a renúncia fiscal. Em 2013, a renúncia foi de R\$ 60,399 bilhões e a arrecadação com o Simples alcançou R\$ 54,38 bilhões. Malaquias ressalta ainda que o Brasil já apresenta o segundo maior limite entre os países em desenvolvimento. "O projeto compromete o equilíbrio fiscal. No momento econômico atual, é irresponsabilidade", diz Malaquias.

Para o secretário Executivo do Simples Nacional, Silas Santiago, é um equívoco a avaliação de que a arrecadação do Simples está subindo na contramão dos demais

tributos. O aumento ocorre, explica ele, justamente por conta da migração de empresas para o sistema.

Ele lembra que projeto recente permitiu o aumento de empresas com acesso ao Simples. Em 2015, 322 mil empresas aderiram ao Simples. Desse total, 93% já eram empresas em atividades que pagavam o imposto pelo lucro presumido.

Santiago destaca que uma empresa com o nível de faturamento anual de R\$ 14,4 milhões não pode ser considerada pequena no Brasil. Ele também alerta para um artigo do projeto que permite que as empresas possam optar pelo regime de recolhimento mais favorável, permitindo "mesclar" o que paga menos tributo.

"Seria o mesmo que no Imposto de Renda da pessoa física o contribuinte pudesse escolher o desconto padrão de 20% e, ao mesmo tempo, quisesse, ao final, deduzir as despesas médicas", critica Santiago.

Governo quer restringir aposentadorias

26/08/2015 – Fonte: EM. com

Brasília, 26 - Em mais um esforço para reduzir os gastos públicos e ajustar as contas, o governo Dilma Rousseff vai apresentar às centrais sindicais uma ampla proposta de revisão das regras de aposentadorias por invalidez e do auxílio-doença pagos pela Previdência Social.

Ambos consomem mais de R\$ 50 bilhões por ano e o governo quer reduzir fortemente essas despesas por meio de restrições ao acesso e a qualificação dos segurados para retornarem ao mercado de trabalho. As propostas do governo, que chegou a preparar um anteprojeto de lei, serão discutidas com as lideranças sindicais a partir da semana que vem.

Segundo apurou o jornal O Estado de S. Paulo, as propostas envolvem a elevação da carência, de 12 meses para 24 meses, exigido de contribuição mínima antes que a pessoa possa receber benefício por invalidez.

O governo também prepara uma forma de aprimorar as revisões, que ocorrem a cada dois anos, das aposentadorias, que deve ser combinada com uma reforma para evitar casos crescentes de segurados que ficam mais de dois anos recebendo o auxílio-doença.

Um dos objetivos do governo é qualificar os trabalhadores para que voltem às empresas, mesmo em funções distintas daquelas que desempenhavam antes do acidente ou doença que justificaram o benefício. Os planos também envolvem mudanças nas regras de cálculo para estimativa do valor do benefício.

Essas e outras propostas, como o estabelecimento de uma idade mínima para a concessão de aposentadorias pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), serão apresentadas pelo governo às centrais sindicais a partir do próximo dia 2, quando será instalado o Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho, Renda e Previdência Social.

O fórum foi criado em decreto pela presidente em abril. Dilma ressaltou em entrevista a necessidade de reformas na Previdência e ontem o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, confirmou que propostas serão apresentadas pelo Ministério da Fazenda na semana que vem.

Segundo uma fonte qualificada do governo, todas as medidas em estudo na Esplanada

dos Ministérios, seja pela área econômica ou pela área social e previdenciária, serão submetidas às lideranças sindicais. A ideia é eliminar o risco de crise política, como a que se criou no primeiro semestre e que, na visão do governo, contaminou o Congresso, que analisava duas medidas provisórias que aplicavam restrições a benefícios trabalhistas e previdenciários.

As MPs entram em vigor imediatamente e foram editadas por Dilma no penúltimo dia do primeiro mandato, sem aviso prévio a lideranças sindicais, que imediatamente entraram em rota de colisão com o Palácio do Planalto. A turbulência foi tão grande que uma das medidas do governo, que apertava o auxílio-doença, foi completamente desfigurada. Ao final, não houve alteração. Por isso, o governo pretende voltar à carga.

Hoje, há cerca de 4 milhões de aposentados por invalidez no País, que consomem mais de R\$ 40 bilhões por ano. O benefício é concedido àqueles que contribuíram por pelo menos 12 meses ao INSS e que, por acidente ou doença, recebem o auxílio-doença.

Só depois que um médico do INSS relata que não há como o segurado voltar a desempenhar sua função é que há a concessão da aposentadoria por invalidez. As informações são do jornal.

Produção de aço bruto e laminado cai no 1º semestre na América Latina

26/08/2015 – Fonte: Valor Econômico

A produção de aço laminado na América Latina caiu 3% — para 27 milhões de toneladas — no primeiro semestre em comparação ao mesmo período do ano passado. Os dados foram informados em nota pela Associação Latino Americana de Aço (Alacero, na sigla em espanhol).

O Brasil aparece como principal produtor, responsável por 11,9 milhões de toneladas, ou 44% do total. O consumo na região, por sua vez, teve um recuo de 1%, para 34,9 milhões de toneladas. Apenas no país, o consumo de laminado encolheu em 10%, ou 1,3 milhões de toneladas.

As importações somaram 12,3 milhões de toneladas, uma elevação de 6%. Segundo a associação, elas representam 35% do consumo na região. Já as exportações atingiram 4 milhões de toneladas, crescimento de 3%. Assim, a balança comercial registrou um déficit de 8,2 milhões de toneladas, maior em 7% em relação aos seis primeiros meses de 2014.

A commodity em estado bruto, por sua vez, teve produção de 32 milhões de toneladas — queda de 1%. O Brasil teve participação de 35% na produção da região, o que representa um crescimento de 2%.

Informações referentes ao mês de julho apontam para uma produção de aço laminado em 4,6 milhões de toneladas, 4% superior ao registrado em julho de 2014. Para aço bruto, a produção ficou estável, em 5,5 milhões de toneladas.

Siderúrgica chinesa Baosteel tem crescimento modesto no lucro do 1º semestre

26/08/2015 – Fonte: Reuters

A Baoshan Iron & Steel, a maior siderúrgica listada em bolsa da China, teve um crescimento modesto no lucro do primeiro semestre, citando o enfraquecimento da demanda em seu mercado doméstico. O setor de aço da China enfrenta um excesso

crônico de capacidade, medidas ambientais mais duras e uma desaceleração econômica que está prejudicando a demanda por metais industriais.

"O setor de aço entrou em seu costumeiro modo de inverno conforme a demanda por produtos derivados vê crescimento em desaceleração, a concorrência intensifica-se e as exigências ambientais se tornam mais duras", disse a Baosteel.

O lucro líquido nos seis meses até 30 junho subiu 0,65 por cento na base anual para 3,17 bilhões de iuanes (495,1 milhões de dólares), informou a companhia em documento enviado à bolsa em Xangai.

A produção de aço bruto da China caiu 4,6 por cento para 65,84 milhões de toneladas em julho ante o ano passado, segundo dados do governo divulgados neste mês, conforme as siderúrgicas da maior produtora do mundo se viram diante de preços em queda e demanda fraquejante.

Investidores temem reestruturação de dívida e derrubam bônus da CSN

26/08/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Os investidores começaram a dar sinais, nas últimas duas semanas, de que temem um calote ou uma reestruturação da dívida da Companhia Siderúrgica Nacional, a CSN, do empresário Benjamin Steinbruch. A percepção é de que a companhia, apesar de ter anunciado que venderá ativos para reduzir sua alavancagem, pode demorar para concluir esse processo, o que tornaria sua situação financeira delicada.

Segundo fontes que operam no mercado secundário no exterior, o retorno dos bônus da dívida da companhia com vencimento em 2020 está em 20%, patamar operado por papéis que sugerem risco de pagamento.

A cotação dos papéis da siderúrgica estava entre 55% e 60% do valor de face, ante 85% verificados há duas semanas – uma queda de mais de 30%. A empresa tem tentado transmitir a mensagem de que está trabalhando para reduzir sua alavancagem.

"Temos um caixa invejável, estamos trabalhando no alongamento da dívida e realizando um trabalho bastante forte de redução de despesas, o que nos dá condição de fortalecer a CSN para um cenário atual mais competitivo", disse o diretor executivo responsável pelas áreas corporativas da companhia, Paulo Caffarelli.

Segundo ele, esse movimento permite que a venda dos ativos ocorra "em um patamar temporal de acordo com a estratégia da empresa". "A venda de ativos tem como objetivo trazer o endividamento da empresa para a realidade de seu resultado atual." A dívida líquida ajustada da CSN chegou a R\$ 20,769 bilhões ao fim de junho.

O resultado vem sendo pressionado pelo enfraquecimento da demanda de aço no mercado local e pela derrocada dos preços do minério de ferro. "Os investidores aguardam alguma informação sobre a venda de ativos, porque o tempo está passando e, com o nível em que se encontra o preço das commodities, a empresa precisa levantar caixa rápido", disse uma fonte que atua no mercado de dívida.

À venda. No mercado, a aposta é de que o primeiro ativo a ser vendido é o Terminal de Contêineres (Tecon), em Sepetiba. Ele pode garantir mais de R\$ 1 bilhão à companhia, assessorada pelos bancos Bradesco BBI, Banco do Brasil, Credit Suisse e Goldman Sachs.

Entre os outros ativos que podem ser vendidos estão duas usinas hidrelétricas: na Itá (divisa de Santa Catarina com Rio Grande do Sul), a CSN detém 29,5%; na de Igarapava,

entre São Paulo e Minas, a empresa tem 17,9%. Ainda compõem o portfólio de desinvestimento a ferrovia MRS, imóveis e as unidades de embalagens da empresa, a Prada e a Metalic, além da fatia na Usiminas.

Essa é uma operação difícil, uma vez que as ações da siderúrgica mineira estão depreciadas e a venda em bolsa representaria prejuízo alto à CSN. O Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado, apurou que há pouco interesse dos sócios da Usiminas (Ternium e Nippon Steel) no negócio, já que as ações detidas pela CSN estão fora do bloco de controle.

Com a fraca demanda do mercado siderúrgico e preços baixos do minério de ferro, a CSN tem visto seu endividamento crescer. Essa situação, somada à fraca geração de caixa, tem elevado a alavancagem da companhia, medida pela relação entre a dívida líquida e Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), que atingiu 5,6 vezes ao fim do segundo trimestre.

O indicador era de 2,7 vezes no mesmo período do ano passado e estava em 4,76 vezes nos três primeiros meses deste ano. As despesas financeiras, destacam analistas, estão consumindo todo o caixa.

Minério de ferro cai 4% na china com recuo de ativos de risco

26/08/2015 – Fonte: Reuters

Os preços do minério de ferro na China recuaram nesta segunda-feira, com os contratos futuros atingindo limite diário de queda, atingidos por uma ampla liquidação de ativos de risco por temores de que o resfriamento da economia da China possa levar a uma desaceleração global.

Outras commodities como o cobre e o petróleo caíram para mínimas desde 2009, enquanto mercados acionários asiáticos despencaram, pressionados por uma queda de mais de 8 por cento nas bolsas da China.

O minério de ferro com entrega imediata no porto de Tianjin recuou 4,1 por cento ante sexta-feira, para 53,30 dólares por tonelada, segundo o Steel Index.

O contrato futuro do minério de ferro com entrega em janeiro na bolsa de Dalian caiu 4 por cento, fechando na mínima permitida para o dia, a 362,50 iuanes (57 dólares) por tonelada.

Bilionário do minério de ferro denuncia "vandalismo no mercado" e rio tinto contra-ataca

26/08/2015 – Fonte: Mining.com

Os preços do minério de ferro despencaram neste ano porque as maiores companhias mineradoras cometeram atos de vandalismo no mercado ao produzirem em excesso, segundo a Fortescue Metals Group Ltd. A Rio Tinto Group disparou uma salva em resposta, dizendo que a análise é exagerada.

"A lógica de continuar se expandindo só porque é possível extrair mais uma tonelada das máquinas se aplica bem a atores menores na mineração", disse Andrew Forrest, presidente do conselho, em um comentário nesta segunda-feira, quando a empresa informou uma queda dos lucros para o ano completo. Mas é "vandalismo de mercado e uma autoflagelação quando os líderes do setor fazem isso", disse ele, sem especificar nenhuma empresa.

O minério de ferro afundou no mês passado para o menor valor em pelo menos seis anos porque a Rio Tinto, a BHP Billiton Ltd. na Austrália e a Vale SA do Brasil impulsionaram a oferta barata, apostando que volumes mais altos compensariam os preços mais baixos.

A Fortescue preservará os volumes neste ano, embora estivesse pronta para se expandir se a demanda tivesse revigorado, segundo Forrest. A Rio Tinto disse na segunda-feira que as observações de Forrest sobre o mercado eram inconsistentes, e a BHP não quis comentar.

Mineração: minério de ferro afundou no mês passado para o menor valor em pelo menos seis anos

“O minério de ferro tem uma demanda inelástica”, disse Forrest, empregando um termo que sugere que o consumo não muda com o preço. Quando a demanda dos usuários foi satisfeita, “qualquer oferta adicional do produto sofrerá uma queda dos preços. Temos observado isso neste ano”.

O minério de ferro com 62 por cento de conteúdo despencou 25 por cento neste ano, para US\$ 53,28 por tonelada seca na sexta-feira, segundo a Metal Bulletin Ltd., pois o crescimento da demanda se estagnou na China, a maior compradora. A commodity chegou ao valor mínimo de US\$ 44,59 no dia 8 de julho, um recorde em dados que remontam a maio de 2009. Os preços poderiam recuar mais 30 por cento nos próximos 18 meses, segundo o Goldman Sachs Group Inc.

‘Inconsistentes’

As “afirmações [da Fortescue] sobre o mercado mundial de minério de ferro têm sido constantemente exageradas e inconsistentes”, disse a Rio Tinto, em um comunicado em resposta aos comentários de Forrest. A companhia mineradora “atacou suas concorrentes por terem aumentado a produção, mas incrementou a sua mais do que todas as outras produtoras de Pilbara”.

O minério de ferro tem recuado neste ano, em sintonia com várias matérias-primas, como o petróleo bruto e o cobre, em meio à preocupação de que a desaceleração da China prejudique a demanda, provocando excedentes. O Bloomberg Commodity Index afundou nesta segunda-feira para o patamar mais baixo em 16 anos.

A Fortescue informou que a renda líquida despencou 88 por cento nos doze meses até 30 de junho, fora da média de estimativas de doze analistas compiladas pela Bloomberg. A terceira maior exportadora da Austrália aumentou as remessas de suas minas em Pilbara de 28 milhões de toneladas em 2009 para 165 milhões de toneladas no ano passado.

Perspectiva de Walsh

A BHP e a Rio Tinto defenderam neste ano sua estratégia de expansão para um mercado saturado. Alan Chirgwin, vice-presidente de marketing de minério de ferro da BHP, disse em maio que a estratégia da companhia mineradora era racional. Sam Walsh, da Rio Tinto, disse em fevereiro que, se a empresa reduzisse a produção, a oferta perdida seria compensada por outros.

A crítica de Forrest repercutiu nos comentários feitos por Ivan Glasenberg, diretor da fornecedora e comerciante de commodities Glencore Plc. Provocar um excesso de oferta nos mercados independentemente da demanda está afetando a credibilidade do setor, disse Glasenberg neste ano.

“Embora nós também possamos ganhar muito dinheiro com uma expansão incremental das toneladas, não vemos nenhuma lógica em fazer isso quando desvalorizamos todas as

nossas toneladas”, disse Forrest. “Quando o mercado se recuperar e de fato exigir mais minério de ferro, estaremos lá”.

Preço de commodities atinge o menor valor do século XXI

26/08/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Os preços das commodities atingiram seu menor nível no século XXI, afetadas pela crise na China e os temores de que a maior importadora do mundo passe por dificuldades financeiras e um crescimento econômico moderado.

Segundo o Índice Bloomberg, que compila os preços de 22 matérias primas, os valores estão em seu nível mais baixo desde agosto de 1999. O principal motivo é a queda na demanda do maior mercado do mundo, a China, e que por mais de uma década garantir a expansão dos preços. A expansão do PIB chinês deve ser a menor em 25 anos em 2015.

De uma forma geral, o índice que inclui de ovos ao ouro perdeu 1,9% na segunda-feira, atingindo US\$ 86,1, o que ainda foi aprofundado diante de declarações do governo iraniano de que iria voltar ao mercado sem um acordo para limitar a produção com a Arábia Saudita. Na segunda-feira, o índice estava 40% abaixo de seus níveis de 2012 e acumulando uma queda de 17% apenas em 2015.

Freio na maior siderurgia do mundo, a China, afetou o segmento de minérios

O resultado foi uma queda de 4% do barril, para um total de US\$ 43,4 nas bolsas europeias, o menor valor desde 2009 e distante do recorde de US\$ 114 de 2014. O preço também é 55% abaixo dos índices de agosto de 2014. Nos EUA, o barril chegou a ser negociado a US\$ 37,75, com queda de 6,7%. "Esse é um momento épico no mercado do petróleo", alertou Matt Smith, diretor de pesquisas da consultoria ClipperData.

Em menos de um ano, as empresas do setor já demitiram ou fizeram anúncios de futuras demissões envolvendo um total de 100 mil empregados.

O freio na maior siderurgia do mundo e na maior produtora de carros do planeta - a China - também afetou o setor de minérios. Em Londres, o preço do cobre caiu em 2,6% para atingir seu menor valor desde 2009 e a produção hoje já é bastante superior à demanda mundial.

As estimativas são de que, entre janeiro e junho, 151 mil toneladas de cobre foram produzidos além da demanda. Para 2015, as projeções apontam que o metal que é responsável por servir de termômetro do segmento de minérios deve ter uma expansão de mercado de apenas 2%, uma das menores em uma década. Hoje, quase um quinto de todas as minas no mundo opera com prejuízos.

Até o ouro, considerado como refúgio em qualquer tipo de crise, sofreu ontem uma queda de 0,4%.

No setor de alumínio, além da desaceleração chinesa, as empresas ocidentais terão de concorrer agora com a produção local que, apenas em seis meses, aumentou em 36%.

No setor agrícola, a queda já vem alarmando o segmento há meses. Já na semana passada, o preço do milho foi registrado em apenas metade do que atingiu em 2012. Nos EUA, a Universidade de Minnesota indicou que a renda dos fazendeiros passou de US\$ 175 mil por ano em 2012 para apenas US\$ 55 mil em 2014. Os dados foram confirmados também por levantamentos realizados pelo Federal Reserve Bank.

Para 2015, a projeção do Departamento de Agricultura é de que a renda média do fazendeiro americano seja a menor desde 2009, com uma queda de 32% e somando em todo o país cerca de US\$ 74 bilhões.

Na Bolsa de Chicago, soja e trigo também perderam valor, enquanto a borracha caiu para seu menor nível em 10 meses na Bolsa de Tóquio. Na Malásia, o óleo de palma perdeu 3% de seu valor em um dia.

Empresas de diversas partes do mundo também começam a ser afetadas pela queda nos preços no campo. A Deere & Co, produtora de equipamentos, registrou queda de 30% na renda nos seis primeiros meses do ano.

Archer Daniels Midland, Bunge e Cargill registraram resultados abaixo do esperado. "O ambiente econômico continua afetado em muitos mercados emergentes onde investimos de forma pesada nos últimos anos", admitiu o CEO da Cargill, David MacLennan.

No segundo trimestre do ano, a Bunge registrou uma queda de 70% em seus lucros, em parte por conta da economia brasileira. Segundo a empresa, os resultados foram consequência de uma "pressão dramática" sofrida no Brasil e, no mundo, as vendas registraram uma queda de 35,8%.

No setor de minérios, ações de dezenas de empresas também sofreram, como a gigante BHP Billiton. A companhia perdeu 5,2% em apenas um dia e atingiu seu menor valor desde 2008.

Na Glencore, na Suíça, a empresa fechou o primeiro semestre com queda de 29% nas vendas diante da redução dos preços do alumínio, níquel e outras matérias primas. A renda da companhia foi reduzida e as ações tiveram uma desvalorização de mais de 50% desde o ano passado. A fortuna de seu dono, Ivan Glasenberg, foi reduzida em um terço, para cerca de 2 bilhões de libras esterlinas.

A queda também repercutiu nas moedas de países com forte dependência na venda de commodities. O dólar canadense, o rublo russo e o Rand da África do Sul foram alvos de quedas importantes.

Exportações brasileiras para países do Brics caem puxadas pela China

26/08/2015 – Fonte: DCI

As vendas de produtos brasileiros para os emergentes do Brics tiveram quedas de dois dígitos nas últimas comparações mensal e anual. A desaceleração da economia chinesa é a principal causa da diminuição nessas exportações.

Nos sete primeiros meses de 2015, o Brasil vendeu 19% menos para seus parceiros emergentes do que em igual período do ano passado. O acumulado das vendas para Rússia, Índia, China e África do Sul ficou abaixo dos US\$ 27 bilhões entre janeiro e julho deste ano.

No período do ano passado, o resultado superou os US\$ 33 bilhões. Em 2015 a queda se intensificou no sétimo mês: foram US\$ 4,9 bilhões em exportações em julho contra US\$ 5,2 bilhões em igual período de 2014, baixa de 11%.

Para Renato Flores, professor da FGV, a queda nas exportações pode ser explicada pela situação não favorável vivida pela maioria dos países integrantes do Brics: "a Rússia sofre com sanções comerciais e com a queda no preço do petróleo, a China se adapta a uma velocidade de crescimento menor e a Índia não teve o crescimento que se esperava".

Flores ressalta que a fase dos emergentes é "coerente com a conjuntura internacional, que também é frágil e não favorece as vendas de produtos brasileiros".

A economia chinesa, que puxou o crescimento dos países emergentes na primeira década do milênio, começa a trazer preocupações. Ontem, o Ibovespa chegou a marcar queda de 6% depois que a bolsa chinesa despencou 8%, puxada pelas dúvidas sobre o crescimento econômico do próprio gigante asiático. A instabilidade do mercado financeiro da China e os resultados recentes de seu Produto Interno Bruto (PIB) são duas importantes causas da queda nas exportações brasileiras para o grupo dos Brics.

"O enfraquecimento chinês é acompanhado por uma diminuição da demanda e, conseqüentemente, dos preços das commodities, que são os principais produtos exportados pelo Brasil", afirma Paulo Dutra, coordenador do curso de economia da FAAP.

"Ainda que o dólar esteja em alta, o que favoreceria vendas, a demanda menor acaba não ajudando as exportações brasileiras", completa. Entre janeiro e julho deste ano, as exportações brasileiras para a China atingiram US\$ 22 bilhões. Em igual período de 2014, o resultado foi de US\$ 28 bilhões.

O banco do Brics foi criado há pouco mais de um ano, em julho de 2014. A instituição tem como objetivo principal promover maior cooperação financeira entre os países do bloco. Dutra acredita que a iniciativa é boa, mas não "refresca a situação atual, já que a nova instituição tem capital geral baixo, de US\$ 100 bilhões". O especialista aponta a necessidade de uma melhora rápida na infraestrutura brasileira, para que aconteça aumento das exportações.

Renato Flores também defende mudanças internas para aumentar as vendas brasileiras para o exterior. "O Brasil tem total condição de vender mais, mas precisa resolver problemas de competitividade. Precisa, especialmente, aumentar o investimento no setor manufatureiro do País."

Outra saída para intensificar um pouco as exportações brasileiras poderia estar na Rússia. Com as tensões políticas e econômicas causadas pelos conflitos na Ucrânia, o país diminuiu suas relações comerciais com a União Europeia e com os Estados Unidos. Flores acredita que o Brasil poderia suprir a demanda causada por essa mudança, "especialmente ao ampliar as vendas de alimentos, como carnes, para compradores russos".

Porém, ao falar sobre o futuro das relações comerciais do Brasil com os Brics, os economistas não trazem perspectivas animadoras para o curto prazo. "Tenho muita dificuldade em ver uma melhora, já que China e Rússia passam por crises que devem ser mais duradouras", afirma Dutra. "O cenário não deve mudar rápido, em seis meses. Mas, com ajustes econômicos, talvez tenhamos resultados melhores em um ano", defende Flores.

Ainda que as vendas para emergentes estejam em queda, a balança comercial (exportações menos importações) do Brasil com os países do Brics está positiva em 2015. O resultado é possível graças à diminuição das compras brasileiras, causada pelo desaquecimento da economia nacional. Houve baixa de 10% nas importações brasileiras de outros Brics quando é feita a comparação entre os sete primeiros meses deste ano e igual período de 2014.

Balança comercial

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) divulgou ontem os dados atualizados da balança comercial brasileira com o resto do mundo. Na terceira semana de agosto, houve superávit de US\$ 699 milhões, com exportações de US\$ 3,822

bilhões e importações de US\$ 3,123 bilhões. Em 2015, as exportações acumulam US\$ 123,966 bilhões e as importações US\$ 117,263 bilhões, o que gera um superávit anual de US\$ 6,703 bilhões.

O último relatório Focus, análise do Banco Central que busca antecipar os índices econômicos brasileiros, aponta para superávit da balança comercial brasileira de US\$ 8 bilhões em 2015. Para o ano que vem, é esperado saldo positivo de US\$ 16,80 bilhões.

Mudança de PIS/Cofins cria impacto de R\$ 50 bi para empresas, diz IBPT

26/08/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

A proposta em estudo pelo governo de unificar o cálculo das contribuições PIS e Cofins, criando uma nova contribuição social, vai afetar o caixa de dois milhões de empresas, principalmente do setor de serviços, que deverão arcar com aumento da carga tributária de cerca de R\$ 50 bilhões por ano.

Os dados foram apresentados pelo IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação) nesta terça-feira (25) durante evento na ACSP (Associação Comercial de São Paulo) para discutir os impactos da unificação das duas contribuições e a elevação da alíquota paga hoje por essas empresas de 3,65% para 9,25%. Com isso, a arrecadação desses tributos deve subir para R\$ 300 bilhões no ano.

A maior parte das empresas atua na área de serviços e paga hoje alíquota de 3,65% de PIS/Cofins, por meio de um regime de tributação chamado cumulativo. Nele, não há créditos tributários para serem compensados na cadeia produtiva —por isso, é o mais usado pelo setor de serviços, uma vez que as empresas não têm insumos que gerem créditos.

Já no regime não cumulativo —mais usado pela indústria— as empresas usam créditos tributários para compensar a cobrança das contribuições ao longo da cadeia, por isso têm uma alíquota maior, de 9,25%.

"A proposta do governo, que deve ser enviada em breve ao Congresso, já tem 220 artigos e prevê o fim do regime cumulativo. Com isso, as empresas passarão a pagar uma alíquota maior [só o regime não cumulativo vai existir]", diz José Maria Chapina Alcazar, vice-presidente da associação comercial.

Durante o evento, 20 entidades do setor de serviços, comércio, construção civil, transporte e telecomunicação aprovaram um manifesto que será entregue ao Congresso e ao Executivo para mostrar que, em vez de simplificar a apuração dos tributos, as mudanças vão elevar a carga.

IMPACTOS

O estudo informa ainda que haverá impacto ainda na inflação. "O aumento da carga tributária ao setor de serviços fará com que as empresas repassem o custo maior para os preços de seus produtos, em média 3%, o que pressionará ainda mais a inflação", diz Gilberto Luiz do Amaral, presidente do IBPT.

Com a crise econômica e maior dificuldade das empresas de aumentar preços, a tendência, segundo alguns empresários consultados, é de haver mais demissões para enxugar custos.

José Luiz Nogueira Fernandes, presidente a Fesesp (Federação de Serviços do Estado de São Paulo), afirmou que a elevação de alíquota pode resultar ainda em aumento da informalidade no setor.

"Não há empresa que consiga sucesso em um sistema [tributário] desorganizado como o que temos no país", disse Márcio Costa, vice-presidente da Fecomercio SP.

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, tem dito que a unificação das contribuições será feita em etapas e que o projeto de lei será apresentado "em breve" ao Congresso. Em nota, a Receita afirmou que a reforma não aumentará a carga tributária.

Consequências

26/08/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

O nível generalizado de desconfiança que dissolveu instantaneamente a relação de simpatia entre a sociedade e o governo Dilma, foi a descoberta que todo o custoso marketing feito durante a campanha eleitoral era apenas um nevoeiro para esconder uma triste realidade.

A decepção se apossou dos seus eleitores, um pouco mais de um terço do total, ainda que maioria no segundo turno. Hoje estão reduzidos a menos de 10% do total.

E, pior, aparentemente confinados ao gueto do ONGoismo, dos movimentos sociais domesticados e de sindicatos, todos beneficiados ou financiados pelo governo federal. A verdade é que um pouco menos de dois terços dos eleitores já eram contra ela no dia da eleição.

Parte da rejeição ao governo é devida ao conhecimento que a presidente, para reeleger-se, acelerou a crise fiscal anunciada há pelo menos 20 anos. Esta assumiu, agora, o status superior de "estrutural", uma vez que o crescimento da receita (mesmo com os aumentos de impostos de mais de 10% do PIB no período) vão continuar a crescer menos do que a despesa, que é determinada endogenamente, pela vinculação de 90% dos gastos!

Dilma tem dificuldades de lidar com o problema, uma vez que, em 9 de novembro de 2005 –quando era Chefe da Casa Civil–, chamou o plano de ajuste fiscal de longo prazo que estava sendo preparado de "rudimentar" e acrescentou que "o tal debate é absolutamente desqualificado e não há autorização do governo para ele ocorrer".

O surpreendente é que todos sabiam que ele estava sendo estimulado por Lula, por sugestão dos ministros Antonio Palocci e Paulo Bernardo.

Para sentir a gravidade da situação atual, em dezembro de 2013 o deficit nominal do governo foi de 3%, contra 6,2% em dezembro de 2014 e estima-se que terminaremos 2015, com um deficit nominal de 7% e, que a relação dívida bruta que era de 53,3% em dezembro de 2014, atingiu 58,9% em 2015 e deve beirar 62% ao final de 2015, um aumento de quase 10% do PIB em apenas dois anos!

Outra parte significativa da rejeição expressa nas "passeatas cívicas", nos "panelaços" etc. parece vir da impressão generalizada que Dilma ignorou a realidade talvez, inconscientemente, como revelou sua entrevista na edição de ontem a esta **Folha**.

Como disse Nietzsche, "as mentiras mais comuns são as que contamos para nós mesmos; as outras são, relativamente, exceções".

É preciso muita sorte e muita arte e engenho para desfazer tal impressão. Restabelecer a confiança da sociedade, é condição preliminar (ainda que não suficiente) para a volta do crescimento econômico que corrigirá todas as coisas.

(Antônio Delfim Netto - ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal.)

Tarifa residencial de energia pode subir 9% com liminar que beneficia indústria, diz Aneel

26/08/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



Os consumidores residenciais de energia elétrica poderão enfrentar mais uma elevação nas tarifas, de até cerca de 9%, se for cumprida uma decisão judicial liminar que beneficia grandes indústrias em relação a um encargo nas contas de luz, alertou nesta terça-feira o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone.

A agência abriu uma audiência pública para discutir como implementar a decisão, obtida pela Abrace, associação que representa empresas com grande demanda por energia, como Alcoa, Albras, Ambev e Dow.

Segundo Pepitone, estudos da Aneel apontam que a liminar geraria também uma perda de receita de até 4 por cento para as distribuidoras, que inicialmente arcaíam com o ônus da decisão e repassariam os custos aos consumidores nos próximos reajustes tarifários.

“Isso tem um impacto... num primeiro momento diria que arrasador para as distribuidoras. Por outro lado, se você fizer um reajuste tarifário extraordinário completo para desonerar quem tem a liminar na Justiça e onerar os demais consumidores, também vai ser muito impactante”, lamentou o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, durante reunião da Aneel.

A coordenadora jurídica da Abrace, Aline Bagesteiro, afirmou que o encargo, chamado Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), “tem se tornado um custo que para a grande indústria é insuportável”. Segundo Aline, a Abrace obteve na segunda-feira uma nova decisão que obriga a Aneel a cumprir a primeira liminar em até 72 horas.

Na decisão original, o juiz determina que parte dos componentes da CDE não seja cobrada dos associados da Abrace, como os valores destinados a indenizar empresas que renovaram concessões.

Além de exigir uma mudança na divisão desse custo entre os consumidores, que era feita com base na energia consumida, onerando mais as grandes indústrias.

“Aquele exato montante que ficou desonerado, que representa 1,8 bilhão de reais (em 2015), tem que ser rateado entre os demais consumidores”, explicou Pepitone, da Aneel.

Segundo estimativas da área técnica da agência apresentadas pelo diretor, o impacto será diferente em cada região, a depender de onde estão distribuídos os associados da Abrace que pagarão menos pelo encargo.

“Os mais afetados são os consumidores em baixa tensão, podendo chegar a aumentos maiores que 50 reais por megawatt-hora para cada consumidor”, disse Pepitone.

Ele ainda apontou que “o segmento de distribuição vai deixar de arrecadar 1,1 bilhão de reais”, uma perda de receita que seria compensada no próximo reajuste tarifário das empresas.

Audiência de conciliação entre Volkswagen e metalúrgicos termina sem acordo

26/08/2015 – Fonte: Agência Brasil

Terminou sem acordo a audiência de conciliação entre a Volkswagen e o Sindicato dos Metalúrgicos ocorrida hoje (25), no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em Campinas.

Os 5 mil funcionários da fábrica de Taubaté estão em greve desde 17 de agosto, quando a empresa anunciou 50 demissões, informou o sindicato. Os serviços essenciais estão mantidos.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, a empresa descumpriu um acordo assinado em 2012, que duraria até 2017, e demitiu os metalúrgicos. A Volkswagen informou que quer negociar uma proposta que atenda às reivindicações dos trabalhadores com o objetivo de pôr fim à paralisação.

A greve começou no mesmo dia em que 250 funcionários retornaram do *lay-off* (suspensão temporária de contratos). Uma semana antes, os trabalhadores tinham rejeitado uma proposta da empresa para um novo acordo de trabalho.

Ford confirma parada temporária na produção em SP e BA

26/08/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo



A Ford confirmou que interrompeu temporariamente a atividade em suas linhas de montagem em duas unidades, em São Paulo e na Bahia, "com o objetivo de ajustar o ritmo de produção à demanda do mercado".

Na fábrica de São Bernardo do Campo, a produção de carros ficou interrompida entre os dias 17 e 19 de agosto, enquanto a produção de caminhões permaneceu parada entre 17 e 25 de agosto. Já na unidade de Camaçari, a Ford não fabricou carros entre 12 e 14 de agosto, e deixou de produzir motores entre 10 e 14 de agosto.

Nesta terça-feira, operadores do mercado apontaram que informações sobre possíveis novas paradas nas unidades da Ford estavam entre os fatores de pressão para a queda das ações de siderúrgicas listadas na Bovespa, já que a montadora é uma das principais clientes do setor.

Questionada pelo *Broadcast*, a companhia não se pronunciou sobre novas interrupções nas linhas de montagem.

Paraná tem 10 cooperativas entre as maiores empresas

26/08/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo



A consolidação das cooperativas paranaenses na última década fez com que elas marcassem presença em massa na lista de maiores empresas do estado. De acordo com o ranking *Valor 1000*, divulgado na terça-feira (25), o Paraná tem 24 companhias entre as 50 maiores da Região Sul. Dessas, dez são cooperativas – em outras palavras, 20% das maiores empresas do Sul são cooperativas paranaenses.

A maior empresa do Paraná em receita é a Copel. Ela faturou R\$ 13,9 bilhões no ano passado, número que cresceu 51% em relação a 2013, impulsionado em parte pela geração da termelétrica de Araucária (UEGA), que voltou a ser gerida pela estatal e funcionou a pleno vapor por causa da seca.

A segunda colocação ficou com a Renault, com receita de R\$ 8,9 bilhões, 19% menor do que em 2013. A montadora foi afetada pelas vendas menores para a Argentina e retração do mercado interno. A primeira cooperativa do ranking paranaense é a Coamo, terceira maior empresa do estado, com faturamento de R\$ 8,1 bilhões, quase 5% maior do que no ano anterior.

As outras cooperativas da lista são a C. Vale (sétima do ranking, com receita de R\$ 4,6 bilhões), Lar (11ª, com R\$ 3 bilhões), Cocamar (14ª, com R\$ 2,7 bilhões), Copacol (16ª, com R\$ 2,3 bilhões), Agrária (18ª, com R\$ 2,1 bilhões), Castrolanda (20ª, com R\$ 1,88 bilhão), Cooperativa Integrada (21ª, com R\$ 1,88 bilhão), Frimesa (23ª, com R\$ 1,7 bilhão) e Coopavel (24ª, com R\$ 1,6 bilhão).

ANÁLISE: Setores dependentes do Estado destroem mais empregos

26/08/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

A Pnad Contínua registrou estabilidade da população ocupada no 2.º trimestre. Por um lado, alguns segmentos, como comércio e serviços prestados às empresas, contribuíram com contratações, ainda que boa parte das novas vagas seja de ocupações por conta própria, o que reflete o aumento da precariedade do emprego, ou algum processo de terceirização de algumas atividades das empresas.

Por outro lado, alguns setores mostram acelerada destruição de postos de trabalho. A indústria registrou uma contração de 40 mil ocupações em relação ao 2.º trimestre de 2014. Mas o pior segmento é o da construção, com quase 700 mil demissões, sendo que mais de 500 mil só do 1.º para o 2.º trimestre deste ano. As causas são conhecidas. A forte valorização dos imóveis, seguida do aumento da inadimplência das famílias, fez com que as vendas recuassem.

Ressalte-se, porém, que a maior intervenção do Estado na economia, tornando esse setor mais dependente do governo, tem uma parcela importante nas demissões. A crise na

Petrobrás afetou negativamente toda a cadeia ligada a ela, principalmente de empresas de construção dependentes de contratos com a estatal.

Aliada a isso, uma política fiscal expansionista e mal planejada no primeiro mandato do atual governo levou à necessidade de medidas de austeridade para contingenciar diversos gastos, dentre eles os do Minha Casa Minha Vida e do PAC. Essa presença elevada do Estado na economia, que cresceu nos últimos anos, tornando diversos segmentos dependentes do mesmo, iria levar, invariavelmente, a demissões nesses setores.

Comércio mundial registra a maior contração desde 2009

26/08/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo



O comércio internacional tem sua maior contração desde a eclosão da crise financeira e caminha para um ano com os resultados mais negativos desde o tombo nas exportações mundiais registradas em 2009. Segundo o Escritório Holandês de Análise de Política Econômica - e que serve de parâmetro para as instituições internacionais - o primeiro trimestre do ano registrou uma contração de 1,5% no fluxo de bens pelo mundo, contra uma queda de 0,5% no segundo trimestre.

O mês de junho chegou a registrar um salto positivo de 2%. Mas os especialistas do centro alertam que a análise precisa ocorrer em médio prazo e o resultado só não é pior que em 2009, quando a economia mundial sofreu seu pior tombo em 70 anos.

Maior importador do mundo, a China viu seu crescimento sofrer uma forte queda. O resultado foi uma contração nas exportações de dezenas de países. Hoje, mais de 50 economias tem a China como o principal mercado exportador.

Uma das regiões mais atingidas no mundo foi a América Latina. No segundo trimestre do ano, a queda foi de 0,2% nas vendas. Mas, em termos de preços, a contração foi a mais acentuada, com queda de 2,3%. O período coincide com uma queda recorde nos preços das commodities.

Pessimismo. Os números para o início de 2015 devem forçar a Organização Mundial do Comércio (OMC) a refazer de forma profunda seus cálculos para o ano, pela terceira vez. Em abril, a OMC já havia revisado para baixo do crescimento do comércio mundial em 2015.

Segundo a entidade, a falta de crescimento nos emergentes e as dificuldades na Europa obrigaram a entidade a prever uma expansão menor dos fluxos comerciais neste ano. Originalmente, a previsão era de uma expansão de 5% em volume em 2015. Mas foi reduzida para 4,3% e, depois, caiu para 3,3%. Em 2016, ele será de 4%.

"O crescimento do comércio tem sido frustrante em anos recentes diante do crescimento baixo das economias depois da crise financeira", declarou o diretor da OMC, o brasileiro Roberto Azevêdo na época.

"Olhando para o futuro, prevemos que o comércio continue uma recuperação lenta. Mas com o crescimento econômico ainda frágil e tensões geopolíticas, essa tendência pode ser

minada", alertou. O FMI trazia dados mais otimistas em abril, apontando para uma expansão das exportações de 3,5%.

Mas a OMC alerta que não é apenas a economia chinesa que vai afetar sua avaliação. O crescimento europeu continua abaixo das previsões, o que também afeta o comércio em todas as regiões do mundo. Se considerada como um bloco, a UE supera a China como o maior importador do sistema internacional, principalmente no que se refere a bens agrícolas.

Desde 2010, o colapso do comércio mundial apenas foi evitado graças ao fato que os emergentes continuaram a registrar uma expansão de suas economias. Para a Europa, por exemplo, isso possibilitou que economias como a da Espanha lentamente fossem estabilizadas.

A Alemanha também evitou uma recessão graças às suas vendas para a China, Rússia e Brasil. Mas com a recessão na economia brasileira, a queda do mercado russo e a atual crise chinesa, o impacto promete ser duradouro.

Em Bruxelas, diplomatas admitiram ao Estado que a política chinesa de rever seu modelo de crescimento e reduzir importações também pode afetar " milhares de empregos " pelo Velho Continente.

A crise europeia pode afetar ainda mais as exportações brasileiras. Em 2014, o Brasil sofreu a maior queda nas exportações entre as 30 principais economias do mundo, caiu no ranking dos maiores vendedores do mundo e perdeu participação no comércio internacional.

O Brasil registrou uma retração nas exportações de 7%. Ao final de 2014, o País era apenas o 25º maior exportador, superado por Tailândia, Suíça e Malásia. Em 2013, o Brasil era o 22º maior exportador do mundo, com 1,3% da fatia do comércio internacional e vendas de US\$ 242 bilhões. Hoje, representa 1,2%.

Confiança da indústria cai e atinge o menor índice em nove anos

26/08/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) caiu 1,6% em agosto ante julho, passando de 69,1 para 68 pontos, informou nesta quarta-feira, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com o resultado, o índice atinge o menor nível da série histórica mensal, iniciada em outubro de 2005, destaca a instituição.

O resultado se dá após uma alta de 1,5% em julho e uma queda de 4,9% em junho. Na comparação com agosto de 2014, a retração no ICI foi de 17,9%.

Para o superintendente adjunto para ciclos econômicos do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, Aloisio Campelo Jr., a queda do ICI em agosto sugere que a alta de julho foi um evento passageiro.

"Fatores desfavoráveis, como os estoques excessivos e a demanda interna fraca, ainda predominam amplamente sobre os favoráveis, como a desvalorização cambial, na construção de expectativas em relação aos próximos meses" afirma.

A queda do ICI na margem se deve à piora tanto das avaliações dos empresários sobre o presente quanto sobre o futuro.

O Índice da Situação Atual (ISA) caiu 1,6%, para 69,2 pontos, e o Índice de Expectativas (IE) também recuou 1,6%, para 66,8 pontos, ambos no segundo menor nível da série histórica.

A maior contribuição para a queda do ISA veio do item que sinaliza o nível de estoques. Na passagem de julho para agosto, a proporção de empresas que consideram seus estoques excessivos passou de 18,7% para 21,3%. Já a parcela das que avaliam seus estoques como insuficientes registrou ligeiro avanço, de 1,5% para 1,7% do total no período.

No IE, a principal influência de baixa foi do quesito que mede as expectativas em relação à situação dos negócios nos seis meses seguintes.

O indicador recuou 9,0% em relação a julho, para 72,2 pontos. A proporção de empresas que preveem melhora da situação dos negócios caiu de 16,4% para 12,3%, enquanto a parcela das que projetam piora aumentou, de 37,1% para 40,1%.

A FGV também informou que, entre julho e agosto, o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) diminuiu 0,5 ponto porcentual, de 78,2% para 77,7%. Segundo a fundação, este é o menor nível desde outubro de 1993, quando o Nuci estava em 77,1%.

PARANÁ – Alteração nos prazos de entrega da EFD e no pagamento do ICMS

26/08/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

O Governo do Estado do Paraná, através do Decreto nº 2.171/2015, publicado no DOE de 17/08/2015, alterou os prazos para entrega da Escrituração Fiscal Digital (EFD) e o pagamento do ICMS a partir do mês de referência de Agosto de 2015 para as empresas do regime normal de pagamento do ICMS.

Os prazos estabelecidos pelo referido Decreto são:

| a partir do mês referênci | Prazo de entrega do EFD no mês subsequente | Prazo de pagamento do ICMS no mês subsequente |
|----------------------------------|---|--|
| Agosto de 2015 | 15 | 12 |
| Abril de 2016 | 12 | 12 |
| Janeiro de 2017 | 10 | 10 |

Para as empresas que recolhiam o ICMS de acordo com o final do número de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado do Paraná (CAD/ICMS) deverão recolher o imposto conforme estabelecido no Decreto nº 2.171/2015.

Segundo Boletim Informativo SEFA-PR nº 30/2015, que abordou as alterações trazidas do Decreto nº 2.171/2015, a nova regra abrange também as empresas com regime de centralização de pagamento do imposto, tais como, empresas ferroviárias, empresas do comércio varejista na modalidade porta-a-porta e empresas com programa de dilação de pagamento.

O Boletim Informativo SEFA-PR nº 30/2015 ainda informa que referida alteração não atinge as empresas que apresentam GIA-ST, nem mesmo as empresas cujos prazos estão

previstos em convênio, exceto operações com mercadorias destinadas a revendedores para venda porta-a-porta, que estarão sujeitas às regras do Decreto nº 2.171/2015.

É possível consultar o novo prazo de pagamento, através do site da Secretaria da Fazenda Estadual do Paraná (SEFA-PR) no endereço www.fazenda.pr.gov.br, no link "Serviços Rápidos" informando o número da Inscrição Estadual.

Por fim, informamos que o Decreto nº 2.171/2015 entrou em vigor na data da sua publicação, **produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 2015.**